

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

VICTOR ALVES PEREIRA

LÍNGUA E REPRESENTAÇÃO: IDENTIDADE E CONSUMO CONSPÍCUO NA PÓS-
MODERNIDADE

CURITIBA
2015

VICTOR ALVES PEREIRA

LÍNGUA E REPRESENTAÇÃO: IDENTIDADE E CONSUMO CONSPÍCUO NA PÓS-
MODERNIDADE

Trabalho apresentado como requisito parcial à
obtenção de grau de Bacharel em Ciências
Econômicas no curso de graduação de Ciências
Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas
da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profa. Dra. Adriana Sbicca
Fernandes

CURITIBA
2015

TERMO DE APROVAÇÃO

VICTOR ALVES PEREIRA

LÍNGUA E REPRESENTAÇÃO: IDENTIDADE E CONSUMO CONSPÍCUO NA PÓS-MODERNIDADE

Trabalho apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Profa. Dra. Adriana Sbicca Fernandes
Orientadora – Departamento de Ciências Econômicas, UFPR

Prof. Dr. José Felipe Araújo de Almeida
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR

Prof. Dr. Igor Zanoni Constant Carneiro Leão
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR

Curitiba, junho de 2015.

AGRADECIMENTOS

Valendo-me da (alegada) laicidade deste Estado e à maneira de inúmeros trabalhos acadêmicos a esta instituição apresentados, reservo-me no direito de agradecer à Grande Luz que me ilumina, aos Orixás, meus guias e protetores.

Agradeço imensamente aos meus pais, Solange e Valdir, por ora me levantarem quando caí, ora deixarem-me levantar por mim mesmo. Esse é um mero esboço da minha verdadeira gratidão para com vocês e seu amor puro e genuíno. Agradeço também à minha irmã Simony, pela cumplicidade, companheirismo e boas risadas. À toda minha família, meu franco apreço.

Agradeço aos amigos Herlon e Mirele Lima, os primeiros que me ajudaram quando cheguei a Curitiba, por sua gentileza e paciência para com meus erros e acertos; a vocês, meu sincero agradecimento e admiração. Assim também ao meu primo Ademir e sua esposa Marilyn, que à falta da minha família a quilômetros de distância, me cederam um pouquinho da sua.

À minha orientadora, querida professora Adriana Sbicca, pela contribuição, disposição e inspiração a este trabalho, bem como aos professores Huáscar Pessali, Denise Maia, Igor Zanoni, José Guilherme Vieira e Damien Castro, por me fazerem lembrar, nas horas de desânimo, o porquê de eu ter escolhido estudar Economia. Agradeço também a Roseli e Arlete pelo seu trabalho paciente e solicitude de sempre. Também aos professores Piotr Kilanowski e Aleksandra Piasecka-Till do curso de Letras – Polônês da Universidade Federal do Paraná por corroborarem a pluralidade dos meus estudos acadêmicos, homologando o sentido do termo “universidade”.

Aos amigos Giovanna Tortato, Carolina Leludak, Mariele Santos, Markus Fendel, João Victor Rodrigues, Vanessa Mitsuyassu, Érick Padilha, Alessandra Varella, Simone Wiltenburg, Marcelo Garcia, Danny Molina, Cleusa Teng e Tiago Barbosa por estarem ao meu lado em diferentes fases da faculdade, não me deixando esmorecer. Em particular quero agradecer também a Ágatha Prado, cujo contato estendeu-se da universidade para o dia a dia com uma facilidade implacável e cuja amizade pretendo levar para sempre comigo.

Aos que colaboraram para a realização desse trabalho, meu muito obrigado.

Às amigas e amigos que fiz em Curitiba, toda a minha gratidão.

Em memória do meu pai, Valdir Alves Pereira, e do meu avô, José Benedito da Silva.

Language is so close to the heart, language is part of your soul. Language is something that you feel very sensitive about. Therefore, language is the most sensitive area that you can focus upon if you want to keep somebody down.

David Crystal

LÍNGUA E REPRESENTAÇÃO: IDENTIDADE E CONSUMO CONSPÍCUO NA PÓS-MODERNIDADE

Victor Alves Pereira

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo apresentar a problemática do consumo conspícuo na escola econômica institucionalista através de uma perspectiva sociolinguística. Intenciona-se investigar os impactos da aquisição de um “idioma internacional” (o inglês) na identidade cultural e, em última instância, no processo de tomada de decisão de consumidores no mundo globalizado através da emulação.

Palavras-chave: *Linguística na economia. Pós-colonialismo. Consumo conspícuo.*

RESUMO

Ĉi-tiu artikolo celas prezenti la problemujon de distinginda konsumo el instituciisma ekonomia skolo pere de social-lingvistika perspektivo. Oni intencas esplori la ŝokoj de la akirado de “internacia lingvo” (la angla) sur la kultura identeco kaj, etendeme, la decid-proceso en la tut-mondiĝa mondo pere de superemo.

Ŝlosilvortoj: *Lingvistiko kaj ekonomio. Post-koloniismo. Distinginda konsumo.*

ABSTRACT

This article aims to present the set of problems of conspicuous consumption in the institutional economics school through a sociolinguistic perspective. It is intended to investigate how the acquisition of an “international language” impacts on cultural identity and, ultimately, on consumers' decision-making process around the globalized world by means of emulation.

Keywords: *Linguistics and economics. Postcolonialism. Conspicuous consumption.*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	5
1 LÍNGUA, LINGUAGEM E REPRESENTAÇÃO.....	6
1.1 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE.....	6
1.2 IDENTIDADE COMPARADA E SUBJETIVIDADE DO PODER	9
2 GLOBALIZAÇÃO E CAPITALISMO PERIFÉRICO.....	15
2.1 HOMOGENEIZAÇÃO CULTURAL: AS IDENTIDADES EM QUESTÃO	15
2.2 ESTRUTURA CENTRO-PERIFERIA NO ESPAÇO GLOBAL.....	17
3 CONSUMO CONSPÍCUO NO MUNDO GLOBALIZADO.....	21
3.1 O TRIUNFO DA CULTURA DA REPRESENTAÇÃO.....	21
3.2 VEBLEN E O COMÉRCIO SIMBÓLICO	23
4 LÍNGUA: A EVIDÊNCIA DA EMULAÇÃO.....	25
4.1 A LÍNGUA INTERNACIONAL NA PÓS-COLONIALIDADE: O INGLÊS EM QUESTÃO	25
4.2 JOGO DAS IDENTIDADES LINGUÍSTICAS: EMULAÇÃO E PADRONIZAÇÃO	31
CONCLUSÃO.....	36

INTRODUÇÃO

A necessidade de um meio de compreensão entre grupos de diferentes identidades culturais sempre se fez presente em todas as esferas da civilização. É chamado de *lingua franca* o idioma que serve para viabilizar esta comunicação multilateral dos grupos distintos, e ao longo da história várias línguas desempenharam uma função semelhante. No processo da globalização, o idioma que mais se aproxima do conceito de *lingua franca* é o inglês, idioma oficial da reconhecida potência internacional, os Estados Unidos.

Este trabalho visa conduzir uma discussão econômica, numa interface com as áreas da sociologia e dos estudos de linguagem, sobre o idioma não como um simples sistema linguístico adotado por cada cultura, mas sim como uma estrutura complexa carregada de elementos culturais que, ao ser adquiridos por pessoas não nativas do idioma, acabam por incidir no processo de tomada de decisão do seu consumo como parte de uma nova identidade.

Na primeira seção, perpassamos alguns conceitos dos estudos de linguagem para favorecer nosso panorama interdisciplinar, entendendo como a língua é um reflexo categórico da cultura de um grupo. Na seção seguinte, pretende-se discutir um pouco o que entendemos por globalização e o real caráter do processo globalizador na atualidade; bem como de que maneira estas relações dialogam com o estruturalismo do pensamento econômico de Raúl Prebisch e da CEPAL. Na terceira seção averiguamos o papel do consumo conspícuo na chamada “pós-modernidade”: como a volubilidade dos valores atribuí a esse tipo de consumo retratado principalmente pela escola institucionalista uma relevância ainda maior na economia globalizada. Finalmente, na última seção, coadunamos estas discussões na questão do papel da língua como expressão cultural, os impactos de sua aquisição por não-nativos no processo de tomada de decisão dos mesmos e as implicações da difusão de uma “língua internacional” no capitalismo transnacional.

1 LÍNGUA, LINGUAGEM E REPRESENTAÇÃO

1.1 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE

Não será uma análise audaciosa conceber a língua como, na qualidade de estrutura representativa de uma cultura, a óbvia expressão da identidade de um grupo. Na definição proposta por Ferdinand de Saussure, comumente retratado como o precursor do estruturalismo linguístico, a língua é, “ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos” (SAUSSURE, 2012, p. 41). Ainda nos estudos saussurianos, enquanto parte determinada da linguagem, o idioma poderia ser definido como o conjunto dos *signos* (vocábulo e termo) que imbricam um *significado* (um conceito ou uma ideia limitada à esfera do pensamento) e um *significante* (uma imagem acústica, uma sequência fonética). Grosso modo, para o estruturalismo linguístico, aí está o esqueleto do processo básico da linguagem: o vínculo do som e do pensamento para a criação dos signos e a construção da comunicação.

Consoante este raciocínio, pelo duplo caráter dos signos utilizados num idioma, sem demora percebemos que se os significados variam ao sabor das mudanças culturais, de um grupo ao outro, os conceitos podem ser ou não similares, sujeito à ótica intrínseca a cada cultura. Noutras palavras, sabido que cada grupo concebe de forma diferente substâncias similares (valores de sentimento, valores de razão, valores de função: conceito a ser esmiuçado mais à frente), essas ideias incidem diretamente na atribuição do signo, arbitrária por natureza. Justamente por esta razão, os signos não possuem valor essencial absoluto, senão relativo – se o fizessem, o campo da tradução seria antes uma ciência exata do que humanística; por consequência também a tradução é, irrevogavelmente, uma aproximação dos signos, que chegarão no máximo a uma equivalência, mas nunca a uma identidade, porque para serem *idênticos*, os signos deveriam ser produto de uma mesma cultura, da representação dos mesmos conceitos. Num exemplo destacado pelo próprio SAUSSURE (2012, p. 162-163),

O português *carneiro* ou o francês *mouton* podem ter a mesma significação que o inglês *sheep*, mas não o mesmo valor, isso por várias razões, em particular porque, ao falar de uma porção de carne

preparada e servida à mesa, o inglês diz *mutton*, e não *sheep*. A diferença de valor entre *sheep* e *mutton* ou carneiro se deve a que o primeiro tem a seu lado um segundo termo, o que não ocorre com a palavra francesa ou portuguesa.

Neste exemplo, já é possível figurar a influência direta dos parâmetros culturais específicos na atribuição dos signos: a evidência de que a língua não é tão somente uma ferramenta elementar da comunicação, mas um arranjo multifacetado da linguagem dotado de designações próprias de cada identidade das quais um aprendiz não escapa durante o processo de aquisição de idioma, seja ele o seu materno ou estrangeiro.

Desse modo, na construção da identidade a língua terá papel ativo na representação e transformação do pensamento; isso porque ao longo dos diferentes contextos em que a língua será utilizada para a comunicação – o recorte regional, o período histórico, a faixa etária, a esfera social, entre outros – ela não permanecerá estática, e sim outorgará *ressignificações* aos seus signos, moldando-se de modo a acompanhar os novos conceitos. Por conseguinte, conquanto não exclusiva, a língua torna-se uma amostra representativa do desenvolvimento do pensamento de um grupo, de seus interesses e até de suas especializações socioeconômicas, como na hipótese sustentada pelo economista M. Keith Chen que, num recente estudo (2013, p. 1) comparando, por exemplo, as línguas inglesa e alemã, concatena o fato de o alemão gramaticalmente referenciar eventos futuros no tempo presente (e.g. “*morgen regnet es*”, que se traduz como “amanhã chove”, significando na verdade “amanhã choverá”, enquanto em inglês o uso de um marcador de futuro – “*will*” ou “*going to*” – se faz necessário) com uma menor distinção cultural, por parte dos falantes, de ações orientadas ao presente e ao passado e, portanto, uma maior propensão a poupar no cenário das escolhas intertemporais.

OTHERO (2004, pp. 5-6) escreve:

Assim como as espécies de seres vivos, a língua também, de certo modo, pode ser considerada uma entidade viva. E, sendo viva, ela também se modifica, sofre mudanças e adaptações. Também ela, como os seres vivos, tem passado por processos evolutivos desde os primórdios da comunicação humana.

(...)

Uma língua poderá sofrer modificações pelos falantes a fim de que possa ser útil ao ponto de um falante nativo conseguir se comunicar e expressar o que bem entender através dela. Afinal, entre outras coisas, é para isso mesmo que ela serve: comunicação, exteriorização de idéias, de desejos, de pensamentos e de sentimentos. Se a língua não for capaz de cumprir seu papel, provavelmente ela sofrerá modificações: novas formas sintáticas serão criadas, ou antigas serão modificadas; haverá criações de neologismos e formação de palavras inéditas, empréstimos linguísticos, etc. Dessa forma, o idioma estará se adaptando o melhor possível à sua comunidade lingüística e, principalmente, estará atendendo às exigências de seus falantes.

Assim, em substancial medida, é quase impossível dissociar a estrutura linguística do aparelho social que a encerra e que por ela é transformado. Neste ponto, por circunscrição de pesquisa ou impasses de edição de suas obras, verificamos que Saussure vê certa oposição entre língua e fala (análoga a uma oposição social *versus* individual), drenando a concepção da língua como também portadora da subjetividade do pensamento, o que é percebido pelo filósofo Mikhail Bakhtin como um enfoque inadequado ao objeto de estudo, já que o campo da linguagem não poderia, absolutamente, desprezar o caráter social da língua:

Para Bakhtin a língua poderia ser, como para Saussure, um fato social cuja existência se funda nas necessidades da comunicação. Mas, enquanto Saussure, os estruturalistas e seus seguidores se dedicam ao estudo da língua como um objeto abstrato ideal, um sistema sincrônico e homogêneo, Bakhtin valoriza a fala, a enunciação, afirmando sua natureza social (não individual). Para Bakhtin, a fala está sempre ligada às condições sociais de interação que, por sua vez, estão sempre ligadas às estruturas sociais. Portanto, a comunicação verbal revela e confronta valores sociais contraditórios que lutam entre si estabelecendo relações de dominação, de resistência, de adaptação ou resistência à hierarquia; a comunicação verbal implica, também, a utilização da língua pela classe dominante como recurso para reforçar o seu poder. E essas relações são analisadas por Bakhtin no uso dos recursos linguísticos que constituem a materialidade do enunciado, graças às formas de apresentação do discurso do outro. (ELICHIRIGOITY, 2008, p. 195)

BAKHTIN (2006, p. 36), aponta que “Nenhum signo cultural, quando compreendido e dotado de um sentido, permanece isolado: torna-se parte da *unidade da consciência verbalmente constituída*”. Essa unidade de consciência a que ele se refere coincidirá, em nosso estudo, com a própria definição de identidade da coletividade – o pensamento comum de determinado grupo expresso numa língua também compartilhada.

1.2 IDENTIDADE COMPARADA E SUBJETIVIDADE DO PODER

Não soará incongruente a ambos os campos dos estudos de linguagem e da psicologia e antropologia que ao decurso construção da identidade, mais além, é inerente um processo de *negação*, em conformidade com inúmeros trabalhos já realizados nestas áreas de pesquisa, incluindo as reflexões do filósofo francês Jean-Paul Sartre sobre as relações “eu-outro” (SARTRE, 1997; SILVA *et al.*, 2009). Ora, na composição dessa identidade não se pode desprezar a *subjetividade* que a atravessa de uma extremidade à outra definindo um “eu social”, um sujeito coletivo circunscrito aos limites geográficos e culturais do grupo em questão e permeado por conceitos convencionais do “*quem sou eu*” ou melhor, “*quem somos nós*” que não se desprenderá de ser produto direto ou indireto do “*quem **não** sou eu*” ou de “*quem **não** somos nós*”.

Nas afirmações e reafirmações de uma identidade, a negação é necessária para demarcar com mais ou menos precisão a fronteira entre a identidade do Eu e a identidade do Outro. É dizer, a identidade não se forma exclusivamente a partir do que ela é, mas também manifestando o que ela não é – o que não pertence ao Eu, e sim ao Outro. Isso acontece porque uma identidade nunca germina, se molda e (re)afirma em contextos isolados e/ ou valores absolutos: a identidade existe enquanto comparada. Isso porque só se entende o que se é em contraste com o que *não se é* – só se entende a identidade em contraposição a todas as demais identidades, a tudo o que não é *idêntico*. Essa concepção da negação como parte da formação da identidade é evidente no trabalho do psicanalista francês Jacques Lacan:

A formação do eu no “olhar” do Outro, de acordo com Lacan, inicia na relação da criança com os sistemas simbólicos fora dela mesma e é, assim, o momento da sua entrada nos vários sistemas de representação simbólica – incluindo a língua, a cultura e a diferença sexual. Os sentimentos contraditórios e não-resolvidos que acompanham essa difícil entrada (o sentimento dividido entre amor e ódio pelo pai, o conflito entre o desejo de agradar e o impulso para rejeitar a mãe, a divisão do eu entre suas partes “boa” e “má”, a negação de sua parte masculina ou feminina, e assim por diante), que são aspectos-chave da “formação inconsciente do sujeito” e que deixam o sujeito “dividido”, permanecem com a pessoa por toda a vida. Entretanto, embora o sujeito esteja sempre partido ou dividido, ele vivencia sua própria identidade como se ela estivesse reunida e “resolvida”, ou unificada, como resultado da fantasia de si mesmo como uma “pessoa” unificada que ele formou na fase do espelho. Essa, de acordo com esse tipo de pensamento psicanalítico, é a origem contraditória da “identidade”. (HALL, 2006, pp. 37-38)

Obviamente, os estudos de Lacan, ele mesmo discípulo de Sigmund Freud, considerado o pai da psicanálise, referenciavam-se majoritariamente à consciência individual, conceito transplantado para a consciência coletiva a partir da percepção da sociedade como um grande corpo biológico dotado de uma articulação análoga ao aparelho psíquico humano individual (Cf. DURKHEIM, 1999; FROMM, 1983). No caso específico da língua, objeto principal de nosso estudo, assumindo-se ser representação pungente da identidade de seus falantes, podemos inferir, fundamentalmente, duas condições: 1) se a língua é uma ferramenta simultaneamente transformada e transformadora para a expressão de uma identidade, ela carregará a subjetividade desta identidade de múltiplas maneiras, por toda a extensão dos signos do idioma; 2) se a língua representa uma identidade em estruturas simbólicas e a identidade só obtém valor social em comparação com as demais, nenhum signo tem valor absoluto, senão relativo.

A primeira condição refere-se à carga de significado característica de cada língua que outorga signos a conceitos de maneira heterogênea, a depender do quanto cada significado é coletivamente percebido como pujante na representação da identidade; é o entendimento de que os limites de uma linguagem confundem-se com os “limites de mundo” percebidos pelos seus usuários (cf. WITTGENSTEIN,

1968). Já a segunda é a iteração de que na busca identitária, o confronto do Eu com o Outro requer sempre uma comparação, explícita ou não, integrada ao que Bakhtin chama de dialogismo cultural:

A noção de dialógico, dialogismo ou dialogicidade aparece em seus [de Bakhtin] textos através de diversas formas. (...) Nesse sentido, qualquer discurso encontra um objeto já sobrecarregado com valores, revelando uma multiplicidade de nomes, definições, julgamentos. Quem fala confronta múltiplas rotas, estradas, caminhos por que passou o objeto, havendo mesmo contradições internas. O objeto está, assim, amarrado através de pensamentos compartilhados, pontos de vista, julgamentos, inflexões de valor cheias de tensão, interconectando-se em complexos relacionamentos: juntam-se com algumas, afastam-se de outras, intersectam-se com outras ainda; harmonizam-se com alguns elementos e batem-se em dissonância com outros; esfregam-se contra milhares de fios dialógicos vivos, tecidos ao redor de um dado objeto de um enunciado. (AMORIM *et al.*, 2008, p. 238)

Ou seja, o valor absoluto dos signos da língua acaba dando lugar a um valor relativo, muito mais forte que o primeiro, que é o que conferirá sentido à comunicação. Se os valores das palavras e expressões fossem absolutos, isto é, existissem e atuassem substancialmente sem parâmetros, as técnicas de tradução e interpretação seriam uma ciência muito mais apurada do que a que temos hoje desenvolvida, não requerendo o uso de equivalências e analogias por aproximação cultural – o que se descola da realidade, uma vez que todo *tradutor* é, antes, um *adaptador* (cf. FROTA, 1999).

Nessa comparatividade que parece não se poder desatrelar da linguagem, a relação entre o Eu e o Outro constitui, além dos deslocamentos subjetivos, elemento-chave nas relações de poder. Isso porque no âmago das definições de identidade do Eu e do Outro, valendo-se da negação, as defasagens do sujeito dependentes da ótica do analista – o chamado *perspectivismo* – darão lugar a designações de dominação, em que ou o Eu ou o Outro é um dominante e por exclusão, o que resta é dominado. Esse raciocínio soa binário o suficiente para contra-argumentarmos que essa bipolaridade não capta toda a complexidade das relações de poder, porém por estas mesmas relações sabemos, no perpassar da

História, que apesar dos desdobramentos das múltiplas esferas de poder, as estruturas não diferem muito: se há poder na sociedade, há os que o detêm e os que sofrem o controle, a atividade e a passividade, os dominantes e dominados. Na análise estrutural como ferramenta metodológica para compreender o que o sociólogo francês Pierre Bourdieu (1989) chama de *poder simbólico*, os “campos dominantes” concentram um capital simbólico, reproduzido através das instituições, que lhes viabilizam o exercício do poder – o poder sobre os outros campos. Dessa verificação não foge a ideia de que cada grupo, classe ou campo, entende sua identidade como qualitativamente maior ou menor que a outra: classificação que suscita a problemática do poder e da supremacia.

O filósofo franco-búlgaro Tzvetan Todorov desenvolve um trabalho que caldeia estas noções da subjetividade com as relações do poder, em especial as que permearam o colonialismo do território americano no período pós-conquista, referindo-se principalmente ao “descobridor” Cristóvão Colombo como amostra representativa da atuação colonizadora:

A atitude de Colombo para com os índios decorre da percepção que tem deles. Podemos distinguir nesta última duas componentes, que continuarão presentes até o século seguinte e, praticamente, até nossos dias, em todo o colonizar diante do colonizado. Estas duas atitudes já tinham sido observadas na relação de Colombo com a língua do outro. Ou ele pensa que os índios (apesar de não utilizar estes termos) são seres completamente humanos, com os mesmos direitos que ele, e aí considera-os não somente iguais, mas idênticos, e este comportamento desemboca no assimilacionismo, na projeção de seus próprios valores sobre os outros. Ou então parte da diferença, que é imediatamente traduzida em termos de superioridade e inferioridade (no caso, obviamente, são os índios os inferiores): recusa a existência de uma substância humana realmente outra, que possa não ser meramente um estado imperfeito de si mesmo. Estas duas figuras básicas da experiência da alteridade baseiam-se no egocentrismo, na identificação de seus próprios valores com os valores em geral, de seu eu com o universo; na convicção de que o mundo é um. (TODOROV, 1991, p. 41)

Segundo Todorov, portanto, no colonialismo – e mais adiante no pós-colonialismo – a colisão das identidades quando do contato cultural entre o

colonizador e o colonizado poderia gerar dois tipos de comportamento no primeiro: imaginar que o colonizado, o Outro, tem perspectiva idêntica à dele ou presumir que o Outro é uma representação deformada do Eu. O último comportamento é, obviamente, o mais frequentemente constatado pela história; pelos diferentes graus de complexidade comparados no choque cultural entre colonizador e colonizado, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento bélico, o colonizador vê no colonizado uma identidade que não toma por *legítima*, ou mesmo não enxerga nele identidade alguma. Essa identidade adulterada do Outro colonizado transfigura-se na própria autorização do Eu colonizador, de si e para si mesmo, para a dominação da cultura qualitativamente diminuta.

Dessa forma, no colonialismo, as perspectivas subjetivas do Eu e do Outro acabam soldando relações de dominância a partir do momento em que a alteridade, a faculdade analítica de demover a própria perspectiva para compreender a alheia, falha. Além disso, aqui não mais somente o Outro será uma negação do Eu como também terá o valor de sua identidade desprezado a ponto de ser anulado. Todorov sustenta que

Colombo não reconhece a diversidade das línguas, e, por isso, quando se vê diante de uma língua estrangeira, só há dois comportamentos possíveis, e complementares: reconhecer que é uma língua, e recusar-se a aceitar que seja diferente, ou então reconhecer a diferença e recusar-se a admitir que seja uma língua... Os índios que encontra logo no início, a 12 de outubro de 1492, provocam uma reação do segundo tipo; ao vê-los, promete: “Se Deus assim o quiser, no momento da partida levarei seis deles a Vossas Altezas, para que aprendam a falar” (estes termos chocaram tanto os vários tradutores franceses de Colombo que todos corrigiram: “para que aprendam nossa língua”). Mais tarde, consegue admitir que eles têm uma língua, mas não chega a conceber a diferença, e continua a escutar palavras e censura-os pela má pronúncia de palavras ou nomes que pensa reconhecer. (TODOROV, 1991, pp. 29-30)

Essa anulação da identidade do Outro não raramente será assimilada pelo próprio Outro, que reproduzirá a cultura do Eu em detrimento da sua. Noutras palavras, o colonizado sofrerá a subjogação do colonizador também, e inclusive muito mais fortemente, pelo poder simbólico – os signos, as representações e traços

culturais do campo dominante subitamente parecem muito superiores, e portanto louváveis e dignos de esforço para ser galgados. Com a identidade reduzida a zero pelo egocentrismo do colonizador, o colonizado recorre à absorção da identidade de seu suserano para tornar-se *algo*, já que nenhum grupo humano naturalmente agrada a ideia de ser *nada*. Podemos aqui resgatar o conceito de língua como conjunto de signos representativos que permeiam a linguagem de uma identidade coletiva: assim sendo, as representações da cultura que é entendida como superior escoam para a cultura inferior no exercício do poder, como ressalta CARVALHO (2008, p. 83):

A língua não é apenas um veículo de transmissão de informação, mas sobretudo, instrumento de poder. Em muitos momentos na história da humanidade, é possível observar o domínio de um grupo social sobre outros por meio da força bruta e imposição de sua língua. Isto acontece porque o modo como a língua é constituída e assumida por um povo revela seu modo de expressar e de conceber uma dada visão de mundo construída. Aquele que subjulga outros povos acaba por tentar regular mecanismos linguísticos expressivos da cultura oponente para resignificar a realidade de outra forma, entretanto, observa-se a todo instante um movimento de resistência, fazendo com que a língua não permaneça imóvel diante dos falantes que as transformam. Sendo assim, a constituição de um idioma está vinculada às relações de poder entre as diversas instâncias sociais.

Posto isso, corroboramos a concepção da língua como substância transformada e transformadora da sociedade, carregada da perspectiva de cada cultura específica e cujos signos têm seu valor semântico inflexivelmente dimensionado a partir de comparação com signos de outras línguas (assim como aos elementos simbólicos de uma identidade cultural são atribuídas significações e ressignificações sempre em contraste com as outras identidades, em valores referenciados, direta ou indiretamente, no Outro).

2 GLOBALIZAÇÃO E CAPITALISMO PERIFÉRICO

2.1 HOMOGENEIZAÇÃO CULTURAL: AS IDENTIDADES EM QUESTÃO

Um dos maiores desafios do estudo das identidades e das linguagens de que se valem para se fazer representadas é perscrutar o impacto da globalização nestes grupos. Com a “integração” global, as fronteiras entre essas coletividades são mitigadas através da maior acessibilidade à informação (cristalizada na internet, a rede mundial de computadores), da maior transitabilidade dos indivíduos de um grupo, nação ou continente ao outro por meio da maior disponibilidade e qualidade dos meios de transporte, entre outros fatores. Ao mesmo tempo, a retração dessas fronteiras pode atingir objetivos inversos, implicando “crises de identidade” coletivas e dando abertura a movimentos extremistas, por exemplo, que busquem o reforço de suas bases para não ceder à perda da individualidade (e, em termos mais inquietantes, da *soberania*). Sobre esse processo, HALL (2006, p. 75-76) salienta que:

Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas – desalojadas, de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem “flutuar livremente”. Somos confrontados por uma gama de diferentes identidades (cada qual nos fazendo apelos, ou melhor, fazendo apelos a diferentes partes de nós), dentre as quais parece possível fazer uma escolha. Foi a difusão do consumismo, seja como realidade, seja como sonho, que contribuiu para esse efeito de “supermercado cultural”. No interior do discurso do consumismo global, as diferenças e as distinções culturais, que até então definiam a identidade, ficam reduzidas a uma espécie de língua franca internacional ou de moeda global, em termos das quais todas as tradições específicas e todas as diferentes identidades podem ser traduzidas. Este fenômeno é conhecido como “homogeneização cultural”.

No entanto, esta homogeneização torna-se perigosa à proporção que encerra uma ideia de *equidade* das identidades entre as massas. Como qualquer

caldeamento, o processo envolve ganhos e perdas para ajustar as culturas a um novo formato, unívoco, de natureza idêntica: formar uma nova identidade, homogênea, a todas as identidades prévias. Parece lógico identificar que essa re-atribuição de significação não seria a primeira em toda a história das sociedades, senão inclusive um fenômeno natural e periódico, conquanto agora integrando vários cenários no novo espaço global. Não obstante, perscrutando as reais *intenções* de uma homogeneização cultural no mundo globalizado, identificamos sem demora que essa transformação social tampouco está isenta das relações de poder, atuando ainda mesmo como um aparato imprescindível para a viabilização da supremacia internacional. Conforme ROBINS (1991, p. 95):

Embora tenha se projetado a si próprio como trans-histórico e transnacional, como a força transcendente e universalizadora da modernização e da modernidade, o capitalismo global é, na verdade, um processo de ocidentalização – a exportação de mercadorias, dos valores, das prioridades, das formas de vida ocidentais. Em um processo de desencontro cultural desigual, as populações “estrangeiras” têm sido compelidas a ser os sujeitos e os subalternos do império ocidental, ao mesmo tempo em que, de forma não menos importante, o Ocidente vê-se face a face com a cultura “alienígena”, “exótica”, de seu “Outro”. A globalização, à medida que dissolve as barreiras da distância, toma o encontro entre o centro colonial e a periferia colonizada imediato e intenso.

É dizer que, em grande medida, a ilusória hibridização das identidades culturais – que em se tratando de globalização remontam às identidades *nacionais*, que não necessariamente coincidem com as primeiras, mas com elas dialogam fortemente – enverniza a genuína dinâmica do poder, do domínio de uma nação sobre a outra por meio da sobreposição identitária.

Não é novo afirmar que quaisquer transformações sociais, modificando as instituições, impactam vigorosamente nas esferas do poder: o grau e a visibilidade desse impacto é que varia em dependência desta transformação. No caso da sobreposição identitária, pela própria natureza *representativa* da identidade, os valores relativos (do Eu e do Outro, como visto na seção 1) são mais facilmente cambiáveis porque flutuam muito mais livremente que valores absolutos. É dizer que uma identidade uma vez infiltrada noutra, se percebe a si mesmo como “mais forte”

e “superior”, não se combina de maneira horizontal, conjugada, e sim relaciona-se com ela de maneira a dominá-la, transformar os valores da outra nos seus, pois se a outra identidade é “obediente”, terá acesso a tudo o que uma identidade superior pode ter: ora pela promessa, ora pela força, assim se dá a sobreposição.

2.2 ESTRUTURA CENTRO-PERIFERIA NO ESPAÇO GLOBAL

Nos estudos de linguagem, deparamo-nos com o que chamamos de estruturalismo lingüístico. Coincidentemente, nesta mesma análise, traremos à discussão um outro estruturalismo, este agora uma linha do pensamento econômico, cujas ideias originais foram introduzidas por Raúl Prebisch (1901-1986), sendo disseminadas pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e absorvidas por muitos pesquisadores do campo das ciências econômicas. Sua proposição baseia-se na estrutura **centro-periferia** da economia regional, detectando-se sempre, em cada arranjo socioeconômico, a região central (metropolitana) e periférica (colonial), em que forças atuam para que a periferia mantenha-se numa relação de dependência para com o centro:

Tales son los fenómenos centrípetos que explican el retardo del desarrollo periférico. Conviene examinar este retardo con cierta perspectiva. La periferia desempeña inicialmente un papel pasivo y subordinado. En realidad constituye entonces una prolongación apendicular de los centros para suministrarles, a bajo costo, los productos primarios que necesitan. A ello se limita principalmente la propagación de la técnica productiva en aquella fase pretérita en que el desarrollo periférico se basa fundamentalmente en la producción primaria exportable. (PREBISCH, 1981, p. 183)

Esses fenômenos centrípetos de que fala Prebisch são justamente as configurações e reconfigurações institucionais que engessam a região periférica, reduzindo sua produção exclusivamente à primária exportável. Os centros concentrariam o capital intrínseco à produção industrial, além de reter para si os avanços científicos e tecnológicos, gerando ainda maiores discrepâncias sociais entre uma região e outra. Na definição de BIELSCHOWSKY (1995, p. 111):

O estruturalismo é um sistema analítico que tem por base a caracterização das economias periféricas por contraste às centrais; baixa diversidade produtiva (reduzida integração horizontal e vertical, insuficiência de infra-estrutura etc.) e especialização em bens primários; forte heterogeneidade tecnológica e oferta ilimitada de mão-de-obra com renda próxima à subsistência; e, por último, mas não menos importante, estrutura institucional pouco favorável ao progresso técnico e à acumulação de capital. A partir desse contraste, o estruturalismo inclui a análise das relações “centro-periferia”, isto é, a análise da forma específica de inserção internacional das economias da América Latina.

Redimensionando o método histórico-estrutural de análise preconizado por Prebisch para o cenário globalizado contemporâneo, podemos ressignificar os signos do centro e da periferia como, respectivamente, países desenvolvidos e países subdesenvolvidos. O desenvolvimento estaria concentrado nos países centrais, que impediriam seu escoamento para os periféricos para manutenção do que Giovanni Arrighi define como *hegemonia mundial*:

(...) capacidade de um Estado exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas. Em princípio, esse poder pode implicar apenas a gestão corriqueira desse sistema, tal como instituído num dado momento. Historicamente, entretanto, o governo de um sistema de Estados soberanos sempre implicou algum tipo de ação transformadora, que alterou fundamentalmente o modo de funcionamento do sistema.

Esse poder é algo maior e diferente da “dominação” pura e simples. É o poder associado à dominação, ampliada pelo exercício da “liderança intelectual e moral” (...) (ARRIGHI, 1996, pp. 27-28)

Esse reforço das relações de poder entre centro e periferia não se dissocia da reprodução de identidades de poder; como visto anteriormente, uma vez que a discussão sobre as identidades fundamenta-se na comparatividade das perspectivas, teremos, desse modo, uma identidade central e uma identidade periférica: a primeira compreendida, por ambas, como superior à segunda. A valorização do centro acompanha a depreciação da periferia, enaltecendo os signos centrais e piorando os signos periféricos num contínuo *status quo* global.

O professor de literatura comparada Daniel-Henri Pageaux, especialista no campo da imagologia, área dos estudos de linguagem que tenta captar as representações subjetivas do Outro no imaginário social, conduziu investigações literárias sobre as relações entre “nativo” e “estrangeiro” (Eu-Outro). Para ele, há quatro atitudes fundamentais possíveis no contato com o estrangeiro (PAGEAUX, 1994, pp. 71-71): a *mania* (o estrangeiro é tido como superior); a *fobia* (o estrangeiro é visto como inferior); a *filia* (tanto a cultura receptora como a realidade estrangeira são consideradas positivas e complementares entre si); e o *cosmopolitismo* ou *internacionalismo* (as relações entre as culturas tendem a transformar-se em movimentos de unificação. Quando evidenciamos o mundo globalizado e a dinâmica de suas estruturas de poder na ótica do estruturalismo cepalino, podemos destacar as duas primeiras como presenças notáveis no sistema centro-periférico: a mania dos países periféricos em relação aos países centrais e a fobia dos países centrais em relação aos países periféricos.

É dizer, as nações centrais tendem a reafirmar sua identidade como proeminente sobre a identidade das nações periféricas, inclusive incutindo nas mesmas essa fobia. É preciso lembrar também que o centro detém as principais fontes de reprodução do conhecimento, o que lhe possibilita (d)escrever a História desde a sua ótica, portanto, sendo diretamente responsável pela maneira como os saberes são transmitidos nas regiões periféricas. Segundo Enrique Dussel (2005), num panorama mais amplo, portanto, reconhecemos efeitos do poder do centro sobre a periferia em aspectos econômicos (apropriação de terras, exploração dos recursos naturais e força de trabalho), políticos (transgressão das soberanias nacionais, controle de Estados e demais instituições) e epistêmicos (manejo do saber, através da manipulação do “conhecimento” que chega à periferia, e do ser, através da subjetividade e do impacto das relações de poder sobre as identidades).

Muitos autores e pesquisadores, particularmente no campo da sociologia, chamarão este período do mundo globalizado de *pós-colonialidade* ou *pós-colonialismo*, significando não “o fim do colonialismo, mas a inserção num contexto de internacionalização do mercado – inclusive do mercado de bens culturais.” (REIS, 1999, pp. 14-15). Por pós-colonialismo entende-se o desdobramento das relações coloniais dos séculos anteriores ao moderno (ou pós-moderno, para alguns autores) no novo ambiente global: as estruturas de poder metrópole-colônia não se perdem, mas se adaptam às novas representações da realidade, salvaguardadas as

dimensões de centro e periferia. No pós-colonialismo, assim como durante o período colonial, a metrópole representa muito mais que o núcleo político e espaço final de absorção de toda a produção dentro de seus limites territoriais, mas também a reprodutora da identidade suprema, aquela que deve servir como modelo para a colônia, o que Dussel chama de *falacia desarrollista* (DUSSEL, 1994).

Dessa forma, as pressões culturais da identidade central serão tão fortes sobre a identidade periférica que rapidamente germinarão os primeiros impulsos do consumo conspícuo, tratado com mais detalhe pela escola da economia institucionalista, notadamente o norte-americano Thorstein Veblen, como trataremos com maior minudência na próxima seção.

3 CONSUMO CONSPÍCUO NO MUNDO GLOBALIZADO

3.1 O TRIUNFO DA CULTURA DA REPRESENTAÇÃO

Os trabalhos de Jean Baudrillard (1991) também se lançam ao esforço de caucionar um diálogo entre a sociologia, a filosofia e a linguagem. Para ele, essas coisas não se dissociam; e para o ser humano *pós-moderno*, entendido pelos que referenciam o filósofo francês em suas próprias investigações como o ser “que constantemente tenta inventar a si próprio” (FEATHERSTONE, 1995, p. 21), esta amálgama é ainda mais viva quando o que socialmente entendemos como real perde o lastro nos valores originais da realidade. A “pós-modernidade” seria mais ou menos definida, assim sendo, como o período moderno *após* (“pós-”) o rompimento com os valores reais.

Baudrillard entende as dinâmicas sociais como flutuantes, numa civilização em que não mais o território “precede o mapa, nem lhe sobrevive. É agora o mapa que precede o território (...)” (BAUDRILLARD, 1991, p. 8): recobrando o estruturalismo da linguagem visto nas seções anteriores, os signos agora teriam seus significantes/significados muito mais maleáveis e até mesmo substituíveis, porque as representações dos valores tornam-se tão fortes na contemporaneidade que em certo ponto os próprios valores reais se perdem e suas representações transformam-se no mais próximo possível do que concebemos hoje como realidade, o que ele chama de “triunfo da cultura da representação”.

De acordo com FEATHERSTONE (1995, p. 33):

(...) A maior contribuição da teoria de Baudrillard (...) é apoiar-se na semiologia para argumentar que o consumo supõe a manipulação ativa de signos. Isso se torna central na sociedade capitalista tardia, onde o signo e a mercadoria juntaram-se para produzir a “mercadoria-signo”. A autonomia do significante, mediante a manipulação dos signos na mídia e na publicidade, por exemplo, significa que os signos podem ficar independentes dos objetos e estar disponíveis para uso numa multiplicidade de relações associativas.

Noutras palavras, o lugar previamente ocupado pela cultura da “realidade” ou dos valores primários é tomado por uma nova cultura, muito mais rasa, de valores

secundários, suplentes – chamados por alguns autores de *ersatz*, de acordo com ADORNO (1967).

A discussão, que numa primeira impressão pode parecer destacada ou mesmo excetuada do campo das ciências econômicas, permeia a área multidimensionalmente quando trazida à tona a problemática do consumo. Para FEATHERSTONE (1995), o capitalismo tardio, correspondente histórico ao cenário pós-moderno, é aquele que evidencia a proeminência cada vez maior da cultura do consumo (p. 31), em que a “liquefação dos signos e imagens” a torna ainda mais altamente manipulável. Portanto, numa sociedade em que as representações dos valores são enaltecidas em detrimento dos próprios valores, a adulteração do que os consumidores compreendem como o valor *real* da produção é muito mais factível.

No mundo pós-moderno a que se refere Featherstone, as representações ou o que Bourdieu chama de valores simbólicos, são a principal mercadoria de produção e consumo capitalista; é o enaltecimento do que BAUDRILLARD (1991, p. 14) chama de *simulacros*, o resultado do processo de desarraigamento dos signos da realidade:

Seriam estas as fases sucessivas da imagem:

- ela é o reflexo de uma realidade profunda
- ela mascara e deforma uma realidade profunda
- ela mascara a ausência de realidade profunda
- ela não tem relação com qualquer realidade: ela é o seu próprio simulacro puro.

Em síntese, a maior falta de conexão dos signos (imagens) com a realidade original, ou seja, sua maior dissociação com relação aos seus significados reais torna o consumo desses valores muito mais fluido, à medida que acompanha a acelerada rotatividade do capitalismo tardio. No mundo globalizado, o fluxo de referências em contínuos choques e sínteses culturais gera identidades que, rasas de significado, são mais facilmente exportadas para o consumo noutras regiões, que não a da produção cultural.

3.2 VEBLEN E O COMÉRCIO SIMBÓLICO

Thorstein Veblen (1899), considerado o pai da Economia Institucional, desenvolve em suas investigações o que chamou de Teoria da Classe Ociosa, a TCO, a respeito do surgimento de uma classe social isenta de qualquer atividade industrial – e conquanto seja esse seu enfoque teórico principal, a apresentação do que concebeu como *consumo conspícuo* mais fortemente nos interessará neste trabalho.

A fim elucidar de que trata o consumo conspícuo preconizado por Veblen, CAMATTA (2014, pp. 74-75) explica que

Para o fundador da Economia Institucional, a mola propulsora da acumulação é a emulação pecuniária, ou seja, a necessidade de cada indivíduo sobrepujar outros agentes na acumulação de bens (propriedade). Neste caso, o indivíduo procura conscientemente a emulação enquanto estímulo à rivalidade ou disputa pois a posse da riqueza é por si só honorífica.

Veblen afirma que a propriedade de bens adquire valor principalmente como prova de superioridade daquele que a possui sobre os indivíduos da comunidade que não dispõem de posses. (...) A opulência, inicialmente valiosa como prova de aptidão industrial, torna-se um ato digno por si mesmo porque confere honra a seu possuidor.

A ideia do consumo conspícuo vebleniano é, portanto, de forma resumida, a configuração do consumo orientada para o prestígio, a distinção: inexoravelmente, para uma posição de superioridade com relação a outras classes da sociedade. Na TCO como primariamente introduzida, certa classe consome conspícuamente como uma forma de (re)afirmação simbólica de sua hegemonia sobre os estratos inferiores. Manifestamente, a TCO dialoga com a questão das identidades a partir do momento em o consumo de distinção da classe for reproduzido para ratificar a identidade dela no espaço social simbólico: uma identidade mimetizando a outra para delimitar sua influência no ambiente através de um processo conhecido como *emulação*.

Noutras palavras, no mercado capitalista pós-moderno, transnacional, de compra e venda de símbolos e representações e não mais das mercadorias por seu

valor primário ou “real”, o consumo conspícuo torna-se mais evidente à medida em que o consumo das próprias identidades (acredita-se adquirir *não* só o produto como também toda a identidade cultural de que ele é amostra) é tanto exequível como estimulado. Na TCO, nas relações de poder, por natureza predominantemente verticais, as classes buscavam o consumo que classes mais altas que elas mesmas reproduzissem, para também acentuarem certo grau de superioridade sobre os outros na competição social conspícuo da escola econômica institucionalista.

Em consoância ao enunciado vebleniano, porém, no capitalismo tardio esse consumo conspícuo, devido ao nível global das relações de poder, também se “globalizará”: guardados os papéis dos agentes, redimensionamos a dinâmica do consumo ao nível transnacional, em que não uma classe reproduz o consumo de outra mais alta para elevar-se, e sim uma nação ou identidade nacional reproduz uma outra que entende como superior para também se distinguir, notabilizar, ressignificar.

Como veremos na seção seguinte, a língua – conjunto de representações comunicativas da identidade – encerrará os indícios deste consumo conspícuo à medida que no mundo globalizado as identidades culturais se conversam em procedimentos distintos, como indicado por Pageaux. A fúria pós-moderna da comunicação será um solo fértil para a discriminação das identidades idiomáticas em estratos nas mesmas dimensões que as já conhecidas classificações sociais; e no âmago da problemática, o consumo conspícuo é posto novamente em evidência através da emulação linguística (que, por sua vez, indireta ou diretamente sanciona a emulação comportamental: psicológica, social, econômica).

Dessa forma, não só temos o esquema do consumo conspícuo da TCO das classes reprojetoado para o consumo conspícuo das *identidades nacionais* (não só as nacionais, como veremos na próxima seção, mas as que compreendem falantes do mesmo idioma) como também esse consumo dilata-se, pois agora incorpora muito mais sentido do que antes (uma vez que a flutuação dos significados de que fala Featherstone permite que as representações tragam vários outros valores agregados, atribuídos ao longo do processo reprodutivo da cultura).

4 LÍNGUA: A EVIDÊNCIA DA EMULAÇÃO

Se a organização centro-periférica enquanto estrutura mantém-se ao longo do processo globalizador por trás de um conceito adulterado de *homogeneidade*, esta ressignificação da dinâmica ganha novas dimensões na linguagem onde está representada. Num resgate da ideia de que uma língua, na qualidade de manifestação cultural e particular da linguagem, *apresenta* e *representa* significados para uma cultura específica, as ressignificações estarão cada vez mais carregadas da emulação a partir do momento em que a língua dos países centrais parece muito mais atrativa aos falantes da língua dos países periféricos: atratividade refletida em prováveis vantagens econômicas, já que “membros de grupos linguísticos minoritários podem ser marginalizados no mercado de trabalho devido à discriminação, portanto não conseguindo obter um bom emprego, e naturalmente, não podendo sua renda ser alta.” (ZHANG; GRENIER, 2012, p. 8).

Nesta seção, perpassamos os conceitos de língua internacional no contexto da pós-colonialidade, investigamos o processo de composição e recomposição da identidade dos países periféricos em ancoragem à dos países centrais, finalmente averiguando a cristalização desta incidência multidimensional de uma sobre a outra no idioma, cujo valor oscila de acordo com a maneira como é percebido pela sociedade: mais ou menos apto ao mundo globalizado.

4.1 A LÍNGUA INTERNACIONAL NA PÓS-COLONIALIDADE: O INGLÊS EM QUESTÃO

Quando a expressão “língua internacional” é mencionada, comumente aparece carregada de várias substâncias semânticas orbitais: desde um ideal de comunicação que transcenda as fronteiras geográficas e culturais até o reconhecimento, nas circunstâncias em que se inscreve, da distribuição de um malefício, ao invés de um interesse comum. À parte as divergentes interpretações que se lhe podem atribuir, sabe-se que não desde os dias atuais as diferentes línguas tentaram-se comunicar por meio do que se conheceu como *lingua franca*, um idioma usado como ponte entre duas ou mais culturas e/ou povos, majoritariamente em contextos transacionais (FIDRMUC & FIDRMUC, 2009).

Concomitantemente, se o que podemos entender como língua internacional é uma reprojeção das *linguæ francæ* no novo cenário mundial globalizado, o idioma utilizado para a nova escala de transações será também fruto de um processo sistemático de relações político-econômicas de poder. Sobre esta peremptório vínculo entre o poder e o conceito de língua internacional, o linguista britânico David Crystal (2003, p. 7) pondera:

Why a language becomes a global language has little to do with the number of people who speak it. It is much more to do with who those speakers are. Latin became an international language throughout the Roman Empire, but this was not because the Romans were more numerous than the peoples they subjugated. They were simply more powerful. And later, when Roman military power declined, Latin remained for a millennium as the international language of education, thanks to a different sort of power – the ecclesiastical power of Roman Catholicism.

There is the closest of links between language dominance and economic, technological, and cultural power, too, and this relationship will become increasingly clear as the history of English is told (...). Without a strong power-base, of whatever kind, no language can make progress as an international medium of communication. Language has no independent existence, living in some sort of mystical space apart from the people who speak it. Language exists only in the brains and mouths and ears and hands and eyes of its users. When they succeed, on the international stage, their language succeeds. When they fail, their language fails.

Na economia globalizada, a base de poder da língua adotada como internacional de que trata Crystal imediatamente identifica-se com a base de poder do centro em relação à periferia: é dela um reflexo estrutural. No exemplo da língua latina – notável *lingua franca* através de séculos do domínio romano –, o poder centralizador encontrava-se nas mãos do Império, o que consequentemente impunha, direta ou indiretamente, aos povos por ele conquistados o uso da língua na estonteante maioria de suas atividades. Soa familiar que esta ideia de universalidade, entendida como sinal incontestável da civilização (em oposição à barbárie, literalmente o estado de selvageria em que, de acordo com o pensamento romano, encontravam-se os povos não-romanos ou *bárbaros*, na mesma raiz

etimológica), era uma grande catalisadora da difusão do latim como idioma comum de maneira análoga à efígie da língua inglesa do mundo pós-moderno.

De acordo com Edward Gibbon (*apud* FARRELL, 2001, pp. 2-3),

So sensible were the Romans to the influence of language over national manners, that it was their most serious care to extend, with the progress of their arms, the use of the Latin tongue. The ancient dialects of Italy, the Sabine, the Etruscan, and the Venetian, sunk into oblivion ... The western countries were civilized by the same hands which subdued them. As soon as the barbarians were reconciled to obedience, their minds were opened to any new impressions of knowledge and politeness. The language of Virgil and Cicero, though with some inevitable mixture of corruption, was so universally adopted in Africa, Spain, Gaul, Britain, and Pannonia, that the faint traces of the Punic or Celtic idioms were preserved only in the mountains, or among the peasants.

É dizer, a força-motriz da propagação do novo idioma amplamente utilizado era simultaneamente a atração exercida pela cultura da qual ele era parte (o que gerava o **desejo** pela aquisição dessa identidade) e a convenção de seu uso em praticamente toda espécie de transação que de alguma maneira dissesse respeito ao Império, dentro ou fora de seus limites territoriais (o que gerava a **necessidade** de aquisição dessa identidade).

Tentativas de promover uma língua como internacional não foram escassas ao longo da história moderna (cf. GUÉRARD, 1921), fosse um idioma natural (como o latim, o francês e o inglês ou um artificial, projetado sob a bandeira da neutralidade, que teoricamente afastaria qualquer resquício de dominação cultural em seu uso (como o Volapuque, o Ido e mais notadamente o Esperanto). Contundentemente, no entanto, o teor de dominância cultural é ainda mais delineado no caso de línguas naturais convencionalmente estabelecidas como internacionais uma vez que, posto que as línguas inserem-se numa urdidura cultural muito mais complexa, a proliferação de uma língua que tem falantes naturais nativos sincroniza-se com a disseminação de padrões de pensamento e ação dos mesmos.

A questão de uma língua internacional, que se moveria *a priori* em direção a um cenário transcultural democrático, acaba por esbarrar, portanto, nas verdadeiras relações verticais, e não horizontais, do mundo globalizado: uma vez que a língua

utilizada como idioma de transações entre os povos carrega em seu histórico o fato de ter pertencido a um povo exclusivo, os falantes nativos, a internacionalização da língua nada mais é do que um imperativo cultural análogo ao que tinha o colonizador para com o colonizado noutros tempos, sancionando a concepção da natureza *pós-colonial* do processo globalizador.

É dizer que o fenômeno da globalização é uma representação última da pós-colonização sob a ilusória ótica de uma ordem horizontal, de forças equiparáveis. Como ressalta BAUMAN (1999, p. 67), o termo tal como formulado no discurso atual “refere-se primordialmente aos *efeitos* globais, notoriamente não pretendidos e imprevistos, e não às *iniciativas* e *empreendimentos* globais”, posto que a globalização “não diz respeito ao que todos nós, ou pelo menos os mais talentosos e empreendedores, desejamos ou esperamos fazer. Diz respeito *ao que está acontecendo com todos nós*.” Assim, na alegada transformação mundial, apesar dos novos *players*, das novas estratégias e maior acessibilidade da informação, as estruturas não se parecem distanciar em forma e fundamento das do cenário colonizador: se o Eu e o Outro, expressos respectivamente pelo colonizador e colonizado (como visto anteriormente), já geriam suas próprias pressões em encontros mais onerosamente promovidos, a suavização das fronteiras, tornando o diálogo mais ágil e frequente, acaba por alimentar formas de dominância ainda mais intensas nesta maior superfície de contato, o que refletirá na aquisição da língua estrangeira aceita como internacional – naturalmente a do colonizador, ou num plano prebischiano a do **centro** econômico, em oposição à da periferia – como parte da disseminação do que Bourdieu denominou “arbitrário cultural dominante”. O sociólogo assinalou o poder das representações culturais (inclusive o idioma) e a dinâmica do poder através da violência dos símbolos: uma categoria dominante impõe sua cultura sobre uma outra, dominada, conformando-se esta com tal condição na ilusão de que, adquirindo a cultura dominante, assemelhar-se-á à categoria correspondente: obterá o **capital cultural** que almeja:

Quando os dominados nas relações de forças simbólicas entram na luta em estado isolado, como é o caso nas interações da vida quotidiana, não têm outra escolha a não ser a da aceitação (resignada ou provocante, submissa ou revoltada) da definição dominante de sua identidade ou da busca da assimilação a qual supõe um trabalho que faça desaparecer todos os sinais destinados a

lembrar o estigma (no estilo de vida, no vestuário, na pronúncia, etc.) e que tenha em vista propor, por meio de estratégias de dissimulação ou de embuste, a imagem de si o menos afastada possível da identidade legítima. (BORDIEU, 1989, p. 124)

Especificamente no campo linguístico, a proficiência na língua internacional figura uma elitização multidimensional: claramente o inglês – língua que, por convenção, exerce o posto de embaixadora da “identidade ótima” atualmente – funciona como um classificador em inúmeras esferas, do mercado de trabalho ao acesso à informação. O linguista e tradutor das Nações Unidas Claude Piron (2002, p. 28) reforça que a eleição de um idioma como ferramenta de comunicação num organismo internacional certamente atribui aos seus nativos uma prerrogativa, além da imposição ainda mais patente e cotidiana do *marketing* de escolas de inglês, que na venda de um pacote de ensino de línguas, vende antes um pacote identitário emulativo:

As manipulações psicológicas abundam no comércio das línguas. “VOCÊ NÃO TEM MAIS DESCULPA SE VOCÊ NÃO SABE INGLÊS” grita um cartaz em letras garrafais enfeitando um dos stands da Mondolingua, o Salão das Línguas e das Culturas (...). A ideia segundo a qual saber inglês é a norma é apresentada como incontestável, com seu corolário, não explicitado: saber inglês é possível. Se, a despeito de todo o material aperfeiçoado que lhe é oferecido, você ainda ousa não saber essa língua, você é incorrigível, digno de desprezo: você é pior que anormal, você é culpado. *Você não tem desculpa.* (PIRON, 2012, p. 53)

Aqui tonificamos o entendimento de que as relações centro-periféricas evidenciam-se cada vez mais na pós-colonialidade, o que configura justamente o oposto da ilusória noção da integração mundial em termos antiautoritários. A globalização consiste numa padronização cultural que, em termos de língua (mas não exclusivamente), prontamente enaltece os nativos – os estadunidenses, como denota RAJAGOPALAN (2004, p. 68):

Em matéria de ensino de língua estrangeira, tal concepção do nativo, marcada por um grau de veneração desmedida, só deu ampla vazão à ideologia neocolonialista que sempre pautou o

empreendimento. O que se viu foi uma verdadeira “apoteose do nativo”.

Nesta “apoteose do nativo”, a identidade nativa do idioma atinge seu grau último nas ressignificações estruturais da globalização: sublimou-se e é vista por todas as outras identidades como a melhor e mais *imitável* – posto que nas sociedades pós-modernas dos simulacros de Baudrillard, onde a representação dos significados é muito mais estimada e transacionável do que os próprios significados, a emulação é o suficiente para que o imitador sinta-se parte da nova identidade: sinta-se, ao invés de colonizado, colonizador; ao invés de periferia, centro; ao invés de Outro, Eu.

Quer-se aqui desintegrar o conceito de língua internacional como elemento emblemático de uma argumentada liberdade das nações através da comunicação: a ideia, animadora enquanto teoria, torna-se falaciosa à medida em que averiguamos que na qualidade de ferramenta, este idioma não pode evitar que toda a urdidura cultural que o orbita tranborde para as regiões onde ele está sendo adquirido. O linguista tunisiano Louis-Jean Calvet elucida a importância que a língua tem na questão das identidades através de um caso ocorrido na Tanzânia:

No momento de sua independência, em 1961, a Tanganica (que em 1964 passa a se chamar Tanzânia) herda essa situação: um país governado em inglês, uma população que fala mais de cem línguas diferentes e o suaíli (ou kisuaíli) que serve de língua veicular nos mercados, ao longo das estradas, nos portos. Mas esse suaíli foi a língua das campanhas pela independência, a língua em que Julius Nyerere se dirigia ao povo e que se tornou, portanto, lentamente, o símbolo da libertação. Eleito presidente da República em 1962, Nyerere faz do suaíli o instrumento que permitiria unir esse novo país. Seu uso começa no mais alto nível: em 1960, os candidatos à assembleia nacional deviam, nos termos da lei, ler e falar fluentemente o inglês, mas a partir de 1965 essa cláusula desaparece, e a campanha eleitoral é feita em suaíli. Isso levaria a uma evidente democratização do recrutamento dos eleitos e, no início dos anos 1970, o Parlamento se reúne quase que unicamente nessa língua. Paralelamente, o suaíli se tornava a língua oficial dos tribunais de primeira instância (1964), o que representava igualmente um importante avanço democrático, e seu uso se estendia lentamente a funções oficiais cada vez mais numerosas, até tornar-se, finalmente, língua nacional. (...)

Percebe-se que o suaíli se estendeu funcionalmente tanto “para cima” como “para baixo”, em detrimento do inglês de um lado, e das línguas vernáculas do outro. Essa expansão foi facilitada por alguns fatores:

- A herança histórica em primeiro lugar no momento da independência, a língua já era há muito tempo escrita e utilizada na administração local, e essa situação, muito diferente da dos países africanos colonizados pela França, facilitava sua promoção.
- O fato de que, simbolicamente, o suaíli era visto como a língua da independência, sem nenhuma conotação colonial.
- O fato de que não era, por assim dizer, a língua de ninguém, e sua promoção **não podia ser entendida como o poder de um grupo étnico sobre os outros.**
- E evidentemente o fato de que era falado por uma vasta maioria da população. (CALVET, 2007, pp. 119-121. O grifo é nosso)

Naturalmente, tal fato deu-se antes mesmo do auge do que chamamos *hoje* de globalização e da disseminação mais massiva da língua inglesa como idioma promissor das relações internacionais na pós-modernidade. A questão é que, como manifestação de poder, a língua também é uma representação ululante da soberania de um grupo (o dos nativos) – e sua difusão, por extensão, necessariamente implica relações de sobreposição dele sobre demais grupos.

4.2 JOGO DAS IDENTIDADES LINGUÍSTICAS: EMULAÇÃO E PADRONIZAÇÃO

A partir do momento em que concebemos a cultura como um emaranhado de elementos pelos quais um grupo se relaciona, se caracteriza e reconhece e a língua como a maneira como esta cultura está representada, a aquisição do idioma “superior” é acompanhada de frequentes descargas culturais de sua identidade nativa. Noutras palavras, o processo do aprendizado desta língua não é dissociável da experiência que esta língua pode ofertar, segundo o arbitrário cultural dominante, já que se trata de uma “cultura boa” ou “cultura ambicionável”: somente através dela

- e esse pensamento permeará o processo de tomada de decisão de um não-nativo
- o capital cultural que **deseja** e **necessita** pode ser alcançado.

Almeida (2012, p. 62) observa, numa abordagem psicológica e institucional do processo de tomada de decisão, que as instituições (que são da cultura, simultaneamente, produtos e produtoras), que ele chama de *institutional furniture*, influenciam diretamente nesta dinâmica, de maneira congênere aos instintos de sobrevivência física, mas antes numa sobrevivência social. Para adaptar-se aos diferentes cenários, os consumidores moldam-se de acordo com as instituições vigentes, ideia pungente no trabalho de Veblen e dos institucionalistas:

The influence of groups on consumers is typified in identities and their expressions in lifestyles, emphasizing institutions as constructors of the meaning of goods. The role of institutions as systems of information and reinforcement is thus brought to the fore. (...) Institutionalized consumption creates identities and symbols that allow information and reinforcement, which indicates a complex use of language (...) (ALMEIDA, 2012, p. 69)

A respeito particularmente do idioma, objeto basilar do nosso estudo, como parte da complexa linguagem social que se estende por todo o universo simbólico da cultura em questão, na real construção do que se entende por língua internacional não se nos impede detectar a padronização de parâmetros culturais de comportamento, dentro os quais se encontra a disposição e orientação do consumo. As identidades resultam de modelos expandidos sobre uma sociedade que se tornam diretrizes para a tomada de decisão de consumidores e as instituições, por sua vez, embutem e amplificam estas identidades difundidas (Almeida, 2012, p. 128).

Não coincidentemente, também, deparamo-nos com o fato de que a consolidação política do inglês como língua de intermediação teve seus primeiros passos no período entre guerras, com o sistema introduzido pela Liga das Nações que transferiu a supervisão de colônias previamente pertencentes à Alemanha na África, Oriente Médio, Ásia e no Pacífico para os vencedores, notadamente as áreas de domínio britânico; mais além deste contexto histórico, no mundo pós-guerra as revoluções tecnológicas e o legado cultural da era colonial é que o inglês expandiu-se, soldando seu novo status de língua internacional (Crystal, 2003, p. 86). É factível

inferir, nesta perspectiva, que a proliferação do idioma ecoou o rápido desenvolvimento da própria economia de países centrais anglófonos, notadamente os Estados Unidos no contexto do capitalismo transnacional.

Para melhor demonstrar a tendência emulativa no caso das identidades linguísticas, vejamos o resultado de uma pesquisa exposta em boletim pela britânica Euromonitor International (2010, p. 7), empresa dedicada à pesquisa estratégica do mercado de consumo em todo o mundo:

According to interviews with educational institutions across the five countries, 30% of students in higher education aim to continue their studies abroad, specifically in English-speaking countries such as the UK, the US, Australia and Canada. This can be attributed in part to historical relationships. Nigeria, Pakistan, Bangladesh and parts of Cameroon are all **former British colonies** and **still have strong links with the UK**. A further contributing factor is the status of English as the international language of business and technology. This was stated as a factor during interviews with international organisations such as the African Development Bank.

Educational establishments in the five researched countries stated that a large proportion of students would like to study in an English-speaking country thanks to the affinity they felt with the culture, along with greater prospects of career and personal economic prosperity. There is also the social status that a degree from an English-speaking country brings. A degree obtained in a developed Englishspeaking country is generally well-regarded and considered an advantage for students when returning to their home country. (O grifo é nosso).

Essa frequente busca pela identidade **central**, nos termos do estruturalismo cepalino, não é senão uma ostensiva projeção da mesma disparidade identitária entre colonizador e colonizado na era das conquistas: discrepância utilizada em favor do primeiro, já que, sendo coletivamente enxergada como a melhor, mais avançada ou desenvolvida, desde tais tempos já era considerada *emulável*. Um caso popularizado pelo jornalista Laurentino Gomes (2007), inclusive num certo tom de anedota, é o das portuguesas que desembarcaram no Brasil em 1808 usando turbantes devido a uma infestação de piolhos e que foram imitadas por outras

mulheres da alta sociedade brasileira, que acreditavam ser essa a moda vigente na Europa.

É importante delinear que esta espécie de “bem-estar” procurada ao longo do processo de tomada de decisão de consumidores não implica somente o consumo material, mas inclui uma série de elementos não-materiais como a preservação da herança cultural (GRIN, 2002, p. 18). Isto incorpora a ótica psicossocial das escolhas: quando as pessoas almejam ser vistas como parte de um grupo, este grupo **já** influenciou suas faculdades cognitivas, no sentido de que lhes impuseram um modelo comportamental e cultural, de hábitos e instituições, por meio do qual elas poderão se fazer reconhecer, ou seja, legitimar-se na coletividade (ALMEIDA, 2012, p. 46).

A língua terá, finalmente, função capital neste sistema emulativo: com a percepção das estruturas sociais e econômicas do idioma dos países centrais sendo transferidas para os não-nativos através de aquisição direta ou indireta, essa maior homogeneidade cultural acarretará uma padronização também no campo do consumo. Isto é, se o processo de tomada de decisão dos consumidores é coalhado de valores e tradições culturais, específicas de cada grupo, sobre as decisões tomadas por países periféricos incidirão com veemência o arbitrário cultural dos países centrais por meio da emulação identitária, principalmente concentrando estes últimos países o capital cultural em seu próprio idioma. A concentração do capital cultural na língua dos países centrais instigará os não-nativos a assimilar a nova língua – e, por extensão, também a nova identidade em maior ou menor grau – a fim de despertar as chances de ter acesso à amplitude do arbitrário cultural dominante; justamente devido a isso, a disseminação da língua será promissora, entre outros, no *mercado da educação*:

Discourse is a symbolic asset which can receive different values depending on the market on which it is offered. Linguistic competence (like any other cultural competence) functions as linguistic capital in relationship with a certain market. This is demonstrated by generalized linguistic devaluations, which may occur suddenly (as a result of political revolution) or gradually (as a result of a slow transformation of material and symbolic power relations, e.g. the steady devaluation of French on the world market, relative to English). Those who seek to defend a threatened capital, be it Latin or any other component of tra-

ditional humanistic culture, are forced to conduct a total struggle (like religious traditionalists, in another field), because they cannot save the competence without saving the market, *i.e.* all the social conditions of the production and reproduction of producers and consumers. The conservatives carry on as if the language were worth something independently of its market, as if it possessed intrinsic virtues (mental gymnastics, logical training, etc.); but, in practice, they defend the market, *i.e.* control over the instruments of reproduction and competence, over the market. Analogous phenomena can be observed in formerly colonized countries: the future of language is governed by what happens to the instruments of the reproduction of linguistic capital (e.g. French or Arabic), that is to say, *inter alia*, the school system. The educational system is a crucial object of struggle because it has a monopoly over the production of the mass of producers and consumers, and hence over the reproduction of the market on which the value of linguistic competence depends, in other words its capacity to function as linguistic capital. (BOURDIEU, 1977, pp. 651-652)

Ou seja, a padronização cultural promovida através da propagação do “idioma internacional”, que configura nada mais que o idioma majoritário dos países centrais, surge sempre em proporção inversa à valorização das identidades alheias, posto que nas esferas sociais, econômicas e políticas o capital cultural mais atrativo será muito mais transacionável. Esse movimento é muito visível no valor atribuído por consumidores de países periféricos aos bens culturais oriundos por países centrais, como as produções da indústria cinematográfica (cf. AYROSA, 1991).

Assim sendo, o consumo conspícuo se dará de forma muito similar à proposta por Veblen e pelos institucionalistas na TCO, em que a classe mais baixa, identificada com os países periféricos, emulará a classe mais alta, correspondente aos países centrais, para a ela equiparar-se, ainda que somente em representação, já que no contexto pós-moderno os simulacros das coisas de que fala Baudrillard antecedem as próprias coisas: representar que se pertence à nova identidade detém muito mais valor do que que pertencer a ela de fato. Essa flutuação dos significados na pós-modernidade acaba sendo, portanto, um catalisador do consumo conspícuo em escala transnacional, como não poderia deixar de ser no capitalismo tardio, global.

CONCLUSÃO

No que consideramos neste trabalho a pós-modernidade, ou seja, o período moderno após as transformações estruturais que não raramente coincidem com o próprio desenvolvimento do “processo globalizador”, o valor socialmente atribuído à representação das coisas tornou-se maior do que as próprias coisas por si mesmas. Nesse fenômeno geral da linguagem, a flutuação do que cada elemento significa amplificou-se exponencialmente, deixando o cenário propício à arbitrariedade dos valores. Neste contexto, o arbitrário cultural dominante de que fala Pierre Bourdieu é um exemplo claro: a percepção de que uma cultura é boa e superior à outra, digna de ser propagada – e isso acontece sempre em prejuízo de outra, já que as culturas não são conjuntos isolados e cada vez mais têm aumentadas sua superfície de contato na diminuição virtual de suas fronteiras.

Quis-se demonstrar que esta “cultura boa” identifica-se com a cultura dominante, a que correspondeu em outros tempos à identidade dos colonizadores e hoje de países desenvolvidos ou centrais (conforme as proposições de Prebisch e Furtado, entre outros). As identidades formam-se através da comunicabilidade dos grupos, em que socialmente – e aqui lançamos mão de uma abordagem mais psicológica – começamos a entender quem somos nós (o Eu) e quem são os demais (o Outro), através de processos de afirmação e negação, respectivamente. Neste ínterim, quando uma identidade se faz dominar sobre outra, há o que se chama de “crise de identidade”, termo usado nos dias de hoje mais vulgarmente, mas um complexo muito comum no mundo globalizado, já que as noções começam a se confundir nas identidades volúveis (novamente, a instabilidade dos significados se faz presente). Naturalmente, não usemos de uma clivagem dualista, de que há *tão somente* colonizadores e colonizados, centro e periferia: a própria complexidade das relações humanas sabiamente nos leva a hesitar em afirmar tal coisa categoricamente; por outro lado, relações de poder existiram antes e depois do que entendemos por globalização, e a homogeneidade para um bem universal acaba por mostrar-se uma falácia a partir do momento em que não se gere uma nova cultura global, e sim se submete as outras culturas ao padrão das grandes potências mundiais, nomeadamente os Estados Unidos.

Posto isso, em nosso recorte econômico, não tardaremos em enxergar no processo de tomada de decisão traços concludentes do consumo conspícuo postulado por Thorstein Veblen e a escola institucionalista, agora projeto não só de uma classe para a outra, e sim de um país para o outro. Os países periféricos ou que não detêm o capital cultural necessário (ou que tendem a compreender como necessário) acabam emulando os padrões de consumo, entre outros parâmetros culturais, dos países centrais. Isso porque, no mundo globalizado, essa transferência se dá com ainda maior facilidade – e a resistência é menor, já que os próprios não-nativos de países centrais se julgam inferiores demais para fazer prevalecer sua própria identidade. Este sentimento se fez e faz presente distintamente no Brasil, sentimento que o escritor Nelson Rodrigues chamou de “complexo de vira-lata”, termo vastamente utilizado por jornalistas em embates políticos das redes sociais nos últimos anos.

E nesta emulação identitária, o idioma desempenha um papel crucial: sendo a expressão terminante de uma cultura, no momento de sua aquisição, outorga ao novo falante feições dessa cultura que muitas vezes derivam de instituições que, de acordo com os institucionalistas, influenciam diretamente no processo de tomada de decisão de consumidores. Sabendo que o consumo não se direciona apenas para bens materiais e sua utilidade tangível, inúmeros elementos não-materiais para consumo podem ser eleitos para a cesta do consumidor caso ele se adeque aos hábitos econômicos da nova identidade – caso ele, literalmente, *fale a mesma língua* do que os que querem estender seu mercado consumidor.

Histórica, o inglês tem sido a língua do consumo ávido: desde a Revolução Industrial ocorrida na Grã-Bretanha nos séculos XVIII e XIX até a ascensão dos Estados Unidos como potência capitalista internacional, os países anglófonos têm desempenhado papéis centrais na produção e no consumo; na disseminação da língua inglesa ao redor do globo, um maior número de países passa a transacionar com as potências anglófonas: os falantes do inglês têm carreira mais promissora nos países periféricos, surgem as filiais de multinacionais e transnacionais, as diversas formas de entretenimento têm seu acesso em grande medida restrito aos que falam o idioma, etc. Dessa forma, há uma imposição do idioma que é chamado de internacional (e que não o é por ser, antes, um idioma *nacional*, de uma nação em aviltamento das outras), que os nativos adquirirão com mais facilidade por que

psicossocialmente julgam o seu próprio idioma, cultura e identidade inferiores ao arbitrário cultural dominante.

À parte julgamentos de valor maniqueístas, o fato é que estamos diante de um fenômeno econômico que, como toda problemática com que nos deparamos nas ciências econômicas, tem raízes profundas em outras áreas do conhecimento como os estudos de linguagem, psicologia e sociologia e circunscreve-se aos limites de cada perspectiva, da qual, ainda que pesquisadores, dificilmente conseguimos escapar. É arriscado diagnosticar as mazelas da globalização porque ainda sentimos seus efeitos, ou seja, examinamos em tempo real, e não numa análise *ex post*, as implicações da economia global na cultura do consumo. No entanto, podemos inferir com certa indubitabilidade que se o consumo está atrelado às instituições e hábitos particulares de cada cultura, a transferência de traços culturais por meio da difusão do idioma que corresponde a uma cultura específica trará consigo certos gatilhos cognitivos que podem modificar a ótica do consumidor em seu processo de tomada de decisão.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. **Veblen's Attack on Culture** In: *Prisms*. Londres: Spearman, 1967.

ALMEIDA, F. **A Psychological-Institutional Approach to Consumers' Decision Making** In: ELSNER, W. *et al.* (ed.). *Institutional and Socio-Economics*, vol. 18. Frankfurt am Main: Peter Lang – Internationaler Verlag der Wissenschaften, 2012.

AMORIM, K. *et al.* **Dialogismo e a investigação de processos desenvolvimentais humanos** In: *Paidéia*, vol. 18, n. 40, pp. 235-250. Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v18n40/03.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2015.

ARRIGHI, G. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. São Paulo: Editora UNESP, 1996.

AYROSA, E. **As Percepções de Filmes Estrangeiros e Brasileiros – Uma Investigação Entre Universitários** In: Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração – ENANPAD, 15, 1991, Salvador, *Anais...*, ANPAD, 1991.

BAKHTIN, M.; VOLOCHINOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem** (12 ed.). São Paulo: Hucitec, 2006.

BAUDRILLARD, J. **Simulacros e simulação**. Lisboa: Relógio d'Água, 1991.

BAUMAN, Z. **Globalização: As consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo** (2 ed.). Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL, 1989.

_____. **The economics of linguistic exchanges** In: Social Science Information, n. 16, vol. 6. Nova Iorque: SSI, 1977. Disponível em: [http://webpace.qmul.ac.uk/sbaumgarten/Pierre%20Bourdieu The%20Economics%20of%20Linguistic%20Exchanges.pdf](http://webpace.qmul.ac.uk/sbaumgarten/Pierre%20Bourdieu%20The%20Economics%20of%20Linguistic%20Exchanges.pdf)>. Acesso em 15 jun. 2015.

CALVET, L-J. **As políticas lingüísticas**. São Paulo: Parábola Editorial: IPOL, 2007.

CAMATTA, R. **Para além do consumo conspícuo: Uma proposta de interpretação da teoria do consumo em Thorstein Veblen**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, 2014. Disponível em: <http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_6169_Camatta%202014%20-%20Para%20Al%20m%20do%20Consumo%20Consp%20EDcuo%20-%20Definitivo.pdf>. Acesso em 12 abr. 2015.

CARONTINI, E.; PERAYA, D. **O projeto semiótico: elementos de semiótica geral**. São Paulo: Cultrix, 1979.

CARVALHO, J. **A construção da identidade de uma nação por meio da língua escrita e falada** In: *Revista Fórum Identidades*, vol. 4, ano 2, pp. 83-90, dez 2008. Disponível em: <http://200.17.141.110/periodicos/revista_forum_identidades/revistas/ARQ_FORUM_IND_4/SESSAO_L_FORUM_Pg_83_90.pdf>. Acesso em 27 mar 2015.

CHEN, M. K. **The Effect of Language on Economic Behavior: Evidence from Saving Rates, Health Behaviors, and Retirement Assets** In: *American Economic Review*, vol. 103, n. 2, pp. 690-731, abr. 2013. Disponível em: <<http://www.anderson.ucla.edu/faculty/keith.chen/papers/LanguageWorkingPaper.pdf>>. Acesso em 30 abr. 2015.

CRYSTAL, D. **English as a global language**, 2 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social** (2 ed.). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DUSSEL, E. **1492: el encubrimiento del otro. El origen del mito de la modernidad**. La Paz: Plural, 1994.

DUSSEL, E. **Transmodernidad e interculturalidad (Interpretación desde la Filosofía de la Liberación)**. Cidade do México: Universidad Autonoma Metropolitana – Iztapalapa, 2005. Disponível em: <<http://afyl.org/transmodernidadeinterculturalidad.pdf>>. Acesso em 5 abr. 2015.

ELICHIRIGOITY, M. **A formação do sentido e da identidade na visão bakhtiana** In: Caderno de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade, n. 34, p. 181-206. Porto Alegre: UFRGS, 2008. Disponível em: <<http://www.uff.br/cadernosdeletrasuff/34/artigo12.pdf>>. Acesso em 20 mar. 2015.

EUROMONITOR INTERNATIONAL. **The Benefits of the English Language for Individuals and Societies: Quantitative Indicators from Cameroon, Nigeria, Rwanda, Bangladesh and Pakistan**: A custom report compiled by Euromonitor International for the British Council. Londres: Euromonitor International, dez. 2010. Disponível em: <<http://www.teachingenglish.org.uk/sites/teacheng/files/Euromonitor%20Report%20A4.pdf>>. Acesso em 9 jun. 2015.

FARRELL, J. **Latin Language and Latin Culture from ancient to modern times**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

FEATHERSTONE, M. **Cultura de consumo e pós-modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

FIDRMUC, J.; FIDRMUC, J. *Foreign languages and trade* In: Economics and Finance Workin Paper Series, n. 09-14. Londres: Universidade de Brunel, fev. 2009. Disponível em:

<http://www.brunel.ac.uk/data/assets/pdf_file/0009/82098/0914.pdf>. Acesso em 21 abr. 015.

FROMM, E. **Psicanálise da sociedade contemporânea** (7 ed.). Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

FROTA, M. **A singularidade na escrita tradutora: linguagem e subjetividade nos estudos da tradução, na lingüística e na psicanálise**. Tese de doutorado em Linguística pelo Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas. Campinas: UNICAMP, 1999.

GERTH, H.; MILLS, C.W. **Character and Social Structure: The Psychology of Social Institutions**. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1954.

GRIN, F. **Using Language Economics and Education Economics in Language Education Policy: Guide for the development of Language Education Policies in Europe From Linguistic Diversity to Plurilingual Education**. Estrasburgo: Language Policy Division: Council of Europe, 2002. Disponível em: <<http://www.coe.int/t/dg4/linguistic/Source/GrinEN.pdf>>. Acesso em: 15 jun 2015.

GUÉRARD, A. **A short history of the international language movement**. Nova Iorque: Boni and Liverlight, 1921.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade** (11 ed.). Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

OTHERO, G. **Sobre a evolução linguística** In: *Revista Letra Magna – Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura*, ano 1, n. 1. Porto Alegre: PUCRS, 2004. Disponível em: <<http://www.letramagna.com/gabrielavillaoothero.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

PAGEAUX, D.H. **La Littérature Générale et Comparée**. Paris: Armand Colin, 1994.

PREBISCH, R. **Capitalismo periférico: Crisis y transformación**. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1981.

PIRON, C. **O desafio das línguas: da má gestão ao bom senso**. Campinas: Pontes, 2002.

REIS, E. **Pós-colonialismo, identidade e mestiçagem cultural: a literatura de Wole Soyinka**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1999.

ROBINS, K. **Tradition and translation: national culture in its global context** In: CORNER, J.; HARVEY, S. (orgs.). *Enterprise and Heritage: Crosscurrents of National Culture*. Londres: Routledge, 1991.

SARTRE, J. **O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica**. Petrópolis: Vozes, 1997.

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral** (28 ed). São Paulo: Cultrix, 2012.

SILVA, M. *et al.* **O olhar em Sartre: relação entre o eu e o outro** In: *Revista da Católica*, vol. 1, n. 1, p. 87-96. Uberlândia: Faculdade Católica de Uberlândia, 2009. Disponível em: <http://catolicaonline.com.br/revistadacatolica2/artigosv1n1/7_O_olhar_em_Sartre.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2015.

TODOROV, T. **A conquista da América: A questão do outro** (3 ed.). São Paulo: Martins Fontes, 1991.

TRIGG, A. **Veblen, Bourdieu and Conspicuous Consumption** In: *Journal of Economic Issues*, vol. 35, n. 1, mar. 2001. Disponível em: <http://www.jstor.org/discover/10.2307/4227638?sid=21105546113161&uid=2&uid=4>. Acesso em: 19 mar. 2015.

VEBLEN, T. **A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições.** São Paulo: Abril Cultural, 1983.

VIANA, Larissa. **O idioma da mestiçagem: as irmandades de pardos na América Portuguesa.** Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

WITTGENSTEIN, L. **Tractatus Logico-Philosophicus.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968).

ZHANG, W.; GRENIER, G. **How can Language be linked to Economics? A Survey of Two Strands of Research** In: *Working Paper 1206E*, Ottawa: Departamento de Economia da Universidade de Ottawa, mar. 2012. Disponível em: <<https://socialsciences.uottawa.ca/sites/default/files/public/eco/fra/documents/1206E.pdf>>. Acesso em: 26 mai. 2015.